

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

*Geografia de
Rondônia*
Ensino Médio

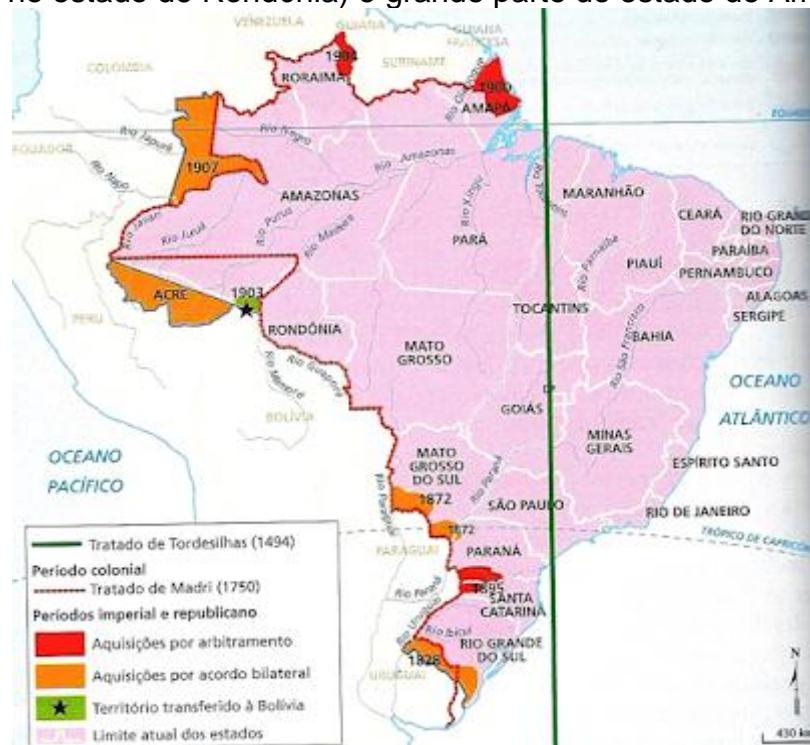
MÓDULO III

O Tratado de Ayacucho

Conhecido por selar a paz entre o Brasil e a Bolívia, o **Tratado de Ayacucho** foi assinado em 23 de Novembro de 1867 e conhecido por diversos nomes, principalmente Tratado da Amizade.



Pelos tratados anteriores, de **Madri** e **Santo Ildefonso**, a fronteira da Bolívia chegava ao médio rio Madeira, próximo a cidade de Humaitá, no interior do estado do Amazonas, e abrangia o estado do Acre, o distrito de Extrema (localizado no estado de Rondônia) e grande parte do estado do Amazonas.



Este tratado era composto por **trinta artigos** nos quais se declarava a paz entre os países e se estabeleciam relações amigáveis de navegação e

tráfego, algumas que persistiram no Tratado de Petrópolis.

Foram recuadas as fronteiras bolivianas a favor do Império Brasileiro, a partir dos rios Guaporé e Mamoré, passando por Beni e seguindo uma linha reta que recebeu o nome de Cunha Gomes. As embarcações bolivianas teriam acesso aos rios brasileiros a partir dali.



A busca pela borracha fez gerar novos conflitos fronteiriços, visto que uma grande leva de retirantes nordestinos brasileiros, que fugiam da seca, foram instalando-se ao longo dos rios Purus e Acre, ocasionando o povoamento da região, bem como as instalações de várias benfeitorias.

Em 1898, ocorreu a confirmação da Comissão Demarcadora de Limites de que a região do Aquiri ou Acre, ocupada por brasileiros, principalmente migrantes nordestinos, pertencia à Bolívia. Na tentativa de resgatar sua soberania, o governo boliviano instala, em 1898, um posto alfandegário na região, o que desencadeou uma série de conflitos entre o governo boliviano e os seringueiros brasileiros.

Em seguida, o governo da Bolívia tenta arrendar as terras a um sindicato de capitalista norte-americanos, o Bolivian Syndicate, que seria beneficiado com isenção de impostos para exportação de borracha, fato este reprovado pelos brasileiros, que liderados pelo seringalista José Carvalho, **os seringueiros rebelaram e expulsaram as autoridades bolivianas, em 03 de maio de 1898.**

O espanhol **Luiz Galvez Rodrigues de Aurias**, liderou uma rebelião e chegou a proclamar a independência e, instalou a República do Acre em 14 de julho de 1899, Galvez "imperador da República do Acre", contava com o apoio do governo do Amazonas.

O governo brasileiro signatário do Tratado de Ayacucho de 23 de março de 1867, reconhece ser o direito de posse da Bolívia, enviou tropas militares para a região com o objetivo de pôr fim à crise, **prendeu Luiz Galvez Rodrigues de Aurias e devolveu o Acre ao governo boliviano.**

Com o apoio dos governos do Pará e Amazonas e financiados por seringalistas

brasileiros, o gaúcho Plácido de Castro lidera uma rebelião em agosto de 1902, que ficou conhecida como Revolta do Acre.



No dia 17 de novembro de 1903, o Brasil e a Bolívia assinam o Tratado de Petrópolis. Por esse Tratado, a área do atual Estado do Acre foi anexada ao território brasileiro, mediante pagamento de 2.000.000 de libras esterlinas e ainda o Brasil se comprometeu a construir uma ferrovia, margeando os rios Madeira e Mamoré, no trecho encachoeirado, entre as atuais cidades de Porto Velho e Guajará Mirim.

E a área entre os rios Madeira, Abunã e a linha geodésica Cunha Gomes, que pertencia ao Brasil, foi anexada ao território boliviano.

Como entre o Brasil e a Bolívia já imperava o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradição, tornou-se mais fácil o acordo entre os dois países.



EFMM - Tratado de Petrópolis

No final da guerra Bolívia e Chile, a borracha valorizava-se. O governo boliviano não tinha recursos para explorar os seringais do Acre, já invadidos por brasileiros nordestinos. Quando a Bolívia tentou recuperar sua soberania, sofreu a revolta do acreano e se viu obrigada a desistir das terras mediante indenização de 2 milhões de libras esterlinas. A transação abriu caminho para a assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903.

O governo brasileiro assumiu, formalmente, o compromisso de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com liberdade de trânsito por essa ferrovia e pelos rios brasileiros até o Oceano Atlântico de produtos bolivianos. A Bolívia daria ao Brasil a área de 191 mil metros quadrados, referente ao atual estado do Acre.

Obrigado pelas disposições do Tratado, o governo brasileiro toma as providências iniciais para a retomada da construção da estrada de ferro, contornando as cachoeiras do alto rio Madeira, partindo de Santo Antônio até Guajará-Mirim.

O Tratado de Petrópolis e a questão do Acre

Ao estudarmos o Primeiro Ciclo da Borracha, dois tratados destacam-se: **Tratado de Ayacucho**, assinado em 1867, e o **Tratado de Petrópolis 1903**.

Ambos surgem como iniciativas diplomáticas que objetivavam contornar os litígios existentes entre Brasil e Bolívia nesta longínqua região que se tornara alvo dos interesses internacionais em função de seus ricos e vastos seringais.

O Tratado de Ayacucho de 1867, conhecido também como Munhoz Neto, foi promovido dentro do contexto da Guerra do Paraguai 1864-1870. **O Brasil, em função da conjuntura da guerra, precisava se aproximar da Bolívia, o que ocorreu quando da aprovação deste tratado que também ficou conhecido como: tratado de navegação, amizade, limites, fronteiras e extradição.**

A Bolívia, por sua vez, concedia um vasto território que percorria a margem esquerda do rio Madeira entre Calama, a jusante do rio Madeira um povoado de Humaitá, a montante do rio Madeira em Vila Murtinho, hoje Vila Nova do Mamoré. Antes do tratado a margem esquerda, referente ao trecho citado no rio Madeira, era então boliviana.

Outra questão importante também no tratado era que já se negociava a construção de uma ferrovia superando as cachoeiras e corredeiras do Madeira, para o transporte e posterior comércio da borracha. A questão da ferrovia será ratificada pelo Tratado de Petrópolis em 1903.





Com o advento da borracha, milhares de nordestinos foram aliciados com o objetivo de resolver o problema da falta de mão de obra nos seringais. Problemas relacionados à seca que historicamente assolam a região nordestina, aliada à falta de emprego e renda, tornaram esses pobres trabalhadores um alvo fácil para os aliciadores pagos pelos Coronéis de Barranco, nome dado aos grandes latifundiários proprietários dos seringais na Amazônia.

Os pobres coitados chegavam acabados, esfarrapados, famintos, doentes e mal vistos, rapidamente distribuídos para as colocações, nome dado às localidades onde eram assentadas as famílias.

Os novos visitantes logo percebiam a realidade cruel da nova vida em meio à imensidão verde. Lentamente aprendiam a lidar com a floresta e seu universo, a vida difícil seguia o ritmo moroso das águas desses rios preguiçosos, onde remo e canoa eram como uma extensão de seus braços e pernas, os rios eram as estradas, principais caminhos amazônicos.

As terras que um dia se chamariam Rondônia começaram receber pessoas, as margens dos rios foram ocupadas, Guaporé, Mamoré, Madeira, Cabixi, Piolho, Corumbiara, Jamari, Jacy, Machado, Pimenta etc. Todas as localidades dessa terra receberam as marcas dessa nova atividade econômica.



Os novos homens aprendiam também a utilizar a faca de cortar seringa, manipular as ervas, a poronga e todo o processo de defumação da borracha na montagem das pelas. Os homens e mulheres eram inseridos em um mundo diferente onde as normas eram impostas pelos Coronéis de Barranco, seus jagunços a floresta equatorial e seus profundos mistérios.



O ponto de encontro era o barracão, uma espécie de bodega onde os seringueiros comercializavam a borracha e onde os preços favoreciam sempre ao Coronel de Barranco, causando uma eterna dependência econômica.

Foi nesse contexto, que os trabalhadores dos seringais, acabaram por invadir a Bolívia, gerando um grave problema diplomático, envolvendo as fronteiras de cada país.

Com a incapacidade de promover seus seringais e deles extrair lucros, a Bolívia decidiu arrendar a região do “Aquiri”, como era conhecido o Acre, para um agrupamento empresarial multinacional, formado por belgas, franceses e americanos, entre outros.

Após alguns conflitos em que se destacaram as figuras de Galvez, “O Imperador do Acre” e Plácido de Castro “O Libertador do Acre”, **a questão se resolveu através da assinatura do “Tratado de Petrópolis”, em 1903.**

Segundo o tratado, o Brasil, que foi representado pelo Barão do Rio Branco, se comprometeu a pagar a Bolívia, dois milhões de libras esterlinas, e a construir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré para que a mesma tivesse uma saída rumo ao oceano Atlântico, transportando assim os seus produtos.

Outro problema surgiu, o Brasil teve ainda que pagar uma outra indenização no valor de 114 mil libras esterlinas, em função do arrendamento da área em litígio, ao Bolivian Sindicate que nunca atuou na região.

O Brasil assumiu o compromisso de construir a ferrovia. Logo deu início ao processo licitatório, para o mais rápido possível entregar a obra e ficar bem com seu vizinho, a Bolívia.

Uma licitação foi aberta para que se contratasse a empresa construtora da Ferrovia. O vencedor da licitação foi o brasileiro Joaquim Catramby, que logo repassou a concessão ao mega empresário, o norte americano Percival Farquar, que era conhecido como o “Dono do Brasil”, pois possuía vários e grandiosos empreendimentos em diferentes regiões no nosso país.

A Estrada de Ferro Madeira Mamoré, era apenas mais um dos vários empreendimentos do Grupo Farquar no Brasil.

Fraudes, negociatas e corrupção, marcaram os negócios que envolveram a Estrada de Ferro Madeira Mamoré desde o seu início.

Candelária



Durante muitos anos o Cemitério da Candelária foi resguardado e protegido por trabalhadores da Ferrovia Madeira-Mamoré que foram se estabelecendo no

local. Muitos, como é o caso dos babadianos, não possuíam recursos ou mesmo motivos para retornar ao país de origem. Depois do desprezo das autoridades. Abandonado por várias décadas, o Cemitério, apesar de fazer parte do acervo da Estrada de Ferro, de responsabilidade do Governo Estadual, encontra-se hoje em situação crítica. O local já foi e continua sendo palco de brigas intensas por invasores de terras que demonstram mais interesse em se apropriar do local do que preserva-lo. Assim, a depredação tem sido inevitável e acontece todos os dias, sem que nenhuma autoridade regional se manifeste. O “fim da história”, alardeado pelo filósofo Hegel – erroneamente interpretado na época – está prestes a acontecer aqui no Estado. Para este filósofo, a história já havia alcançado o seu amadurecimento, o seu apogeu. Em Rondônia será realmente o fim da história da Candelária, caso as autoridades continuem permitindo a destruição deste local que é o início da história do Estado.

Tudo começa quando a Empresa Railway Company adquire, em 1921, a região da Candelária. Isto só acontece depois de 26 anos da obra iniciada pela empreiteira de Percival Farqhar, a área de 2 milhões, 72 mil, 375 metros quadrados – ainda pertencente ao Estado do Amazonas - foi adquirida pela Madeira-Mamoré Railway Company por 20 contos de Réis.

Segundo documentos da época, a terra pertencia a um peruano chamado Suarez Hermana que teria nomeado o local de Candelária, em homenagem a padroeira de seu país, Nossa Senhora da Candelária. A partir daí, a história torna-se estória. Novos documentos surgiram dando posse da terra a outras pessoas que começaram a desmatar o cemitério. Após denúncias, o Ministério Público começou a analisar os documentos. O caso vem sendo examinado pela promotora Aidê Maria Moser. A autenticidade destes documentos são contestadas pela Associação dos Amigos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

A responsabilidade de ninguém

A Candelária é um Patrimônio Histórico do Estado, e, inexplicavelmente nenhum órgão quer assumir a responsabilidade por sua preservação. Na divisão de Arqueologia da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (Sedam), o diretor Josuel Ravane realizou em 95, uma fiscalização minuciosa do local – quando iniciaram as ocupações na área. Ele explica que o Estado funciona apenas como um órgão fiscalizador. A preservação do patrimônio seria de responsabilidade da Prefeitura, por estar localizada no município de Porto Velho. A questão da localidade da Candelária é algo realmente muito interessante, tendo em vista que a Sedam está há poucos metros desta região. Mesmo com a divulgação seguidas de matérias no Diário, sobre a depredação do patrimônio em 1999, a área não foi nem mesmo fiscalizada pelas autoridades estaduais ou municipais. E a depredação da história de Rondônia continua.

Vilas

A Vila Candelária foi construída entre as décadas de 40 e 50 para os ferroviários. “Diversas outras vilas foram feitas na mesma ocasião”, explica o arquiteto Luiz Leite. “A Candelária se tornou mais conhecida em virtude da região

da Candelária. A Railway oferecia moradia a seus funcionários”, esclarece. Segundo a ferroviária Maria Auxiliadora Lobo de Souza, são da mesma época: as vilas de Pedro Canga, em Abuña, Penha Colorado, Caracol, Chocolatal e Periquitos.

Início do cemitério

Pequenas cruzes de madeiras brancas iam sendo fincadas próximo ao Hospital Candelária. No início, em 1907, elas não eram mais de 50. Com o andamento da obra no mesmo ano, já não existia espaço para os sepultamentos. A Railway começou a desmatar mais um pedaço da mata à frente do Candelário. Em seus registros finais sobre a obra, a companhia divulgou um total de 21.817, no entanto, este montante não é exato pois centenas de mortos foram enterrados ao longo da construção. Assim, foi iniciado o mais célebre patrimônio histórico do Estado: o Cemitério da Candelária. Muitos engenheiros, médicos e alguns moradores de Santo Antônio e de Porto Velho foram enterrados nesse local, suas sepulturas foram marcadas com lápides de concreto e cercadas com grades.

Linha Telegráfica em Rondônia

O objetivo do governo republicano com a ligação telegráfica de Mato Grosso ao extremo Oeste Amazônico era tirar a região do isolamento em que vivia sua população, integrando-a no dito mundo civilizado.



Cândido Mariano da Silva Rondon, o futuro Marechal Rondon, chefiou a Comissão das linhas telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, que se tornaram conhecidas também como comissão Rondon.

As obras de abertura das linhas foram iniciadas em 1907 e concluídas em 1915, portanto no mesmo tempo da construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Na abertura das picadas pela floresta, de 6 a 100 metros de largura, foram utilizados instrumentos manuais como facão, foice, machado e outros.



A linha partiu de Cuiabá rumo a Santo Antônio do Rio Madeira, rasgando o sertão rondoniano. Ao longo desse trajeto, estabeleceram-se núcleos de povoamento que, mais tarde, tornaram-se cidades.

A Abertura da trilha na floresta e a instalação das linhas do telégrafo eram um trabalho eminentemente braçal.



Formada por civis e militares, a comissão Rondon foi acompanhada também de técnicos e cientistas, que realizaram importantes estudos nas áreas, na zoologia, mineralogia, geografia, etnologia e antropologia, e ainda médicos, que atendiam os acometidos por doenças ou os acidentados.



A maioria de trabalhadores compunha-se de prisioneiros e degredados, arregimentados pela vivência.

Entre eles, contavam-se os marinheiros da Revolta da Chibata, ocorrida no Rio de Janeiro em 1910.

Rondon também incorporou aos trabalhos da linha grande número das tribos bororo e pareci para suprir as baixa no pessoal de trabalho braçal.



Os trabalhadores estavam sujeitos à coerção e à violência Física, para que fossem impedidos de fugir e para forçá-los a manter um ritmo acelerado de trabalho.



Os postos telegráficos instalados ao longo da trilha deram origem a povoados, hoje cidades da região: Vilhena, Pimenta Bueno, Jaru e outras.

Na época foi apresentado um projeto de estrada que acompanharia a linha telegráfica, o que só se concretizou nos anos de 1960.

O 2º Ciclo da Borracha

1942 -1945 - 2ª Guerra Mundial

O Brasil perdeu sua supremacia como produtora de borracha para as colônias inglesas na Ásia, terminando assim o primeiro Ciclo da Borracha.

Em 1942, durante a 2ª Guerra Mundial, inicia o segundo Ciclo da Borracha.

Os Estados Unidos impossibilitados de alcançar os seringais asiáticos, redescobrem a Amazônia.

Eles necessitavam desse produto para a produção dos pneus utilizados nos veículos na frente de combate.

Brasileiros, principalmente, os do Nordeste, são atraídos para lutar na “Guerra Verde”, na Amazônia.

O inimigo armado não existia, na verdade a luta era contra as doenças tropicais e os maus tratos do governo.

O Brasil volta a posição de maior produtor de borracha do mundo, com a assinatura do tratado de Washington (1941), firmado entre o Brasil e Estados Unidos, durante o Governo de Getúlio Vargas.

Este fato proporcionou o retorno populacional e um grande impulso econômico, esse pedaço da Amazônia voltava a despertar interesses internacionais.

O presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt e o presidente do Brasil Getúlio Dorneles Vargas, assinaram os Acordos de Washington (1942), pelo qual o Brasil comprometia-se a reativar os seringais amazônicos, através de uma operação conjunta com os EUA.

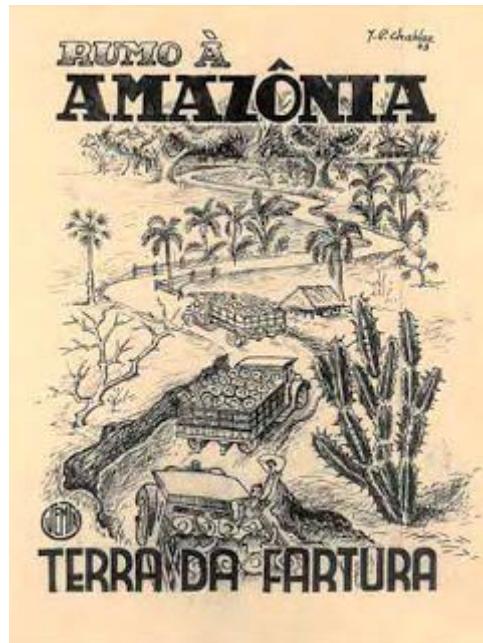
O Brasil entrou com os seringais, mão-de-obra e 58% de capital para a criação do Banco de Crédito da Borracha.

Os EUA entraram com 42% de capital para o Banco de Crédito da Borracha e, forneciam meios para a produção, transporte e escoamento.

Inicialmente, os norte-americanos investiram 5 milhões de dólares para serem aplicados pelo Instituto Agronômico do Norte, nas pesquisas científicas para a melhoria e fomento da produção e mais 5 milhões de dólares para o saneamento a ser feito pela Fundação Rockefeller.

Esses acordos proporcionaram à região, a montagem de um esquema logístico institucional do qual participou ativamente o governo brasileiro com o

apoio norte-americano, abrindo-se muitas frentes operacionais e estratégicas na área.

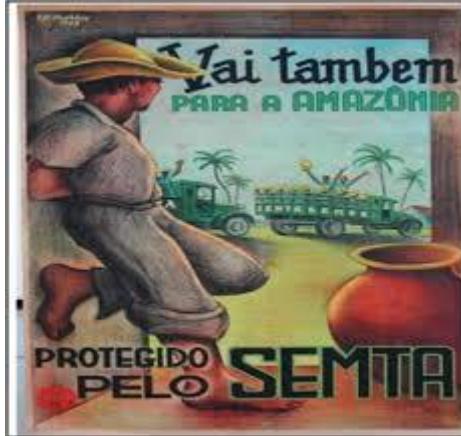


Os objetivos no entanto, de um e de outro governo, eram em certo ponto conflitante, os norte-americanos tinham seus interesses marcado pela urgência e pelo prazo curto, enquanto o governo brasileiro tinha o interesse voltado para o permanente e o duradouro desejo de manter na Amazônia uma política de desenvolvimento.



Com o apoio financeiro dos EUA, o governo brasileiro montou uma infra-estrutura que possibilitou aos seringais uma expressiva produção. **A infra-estrutura criada foi a seguinte:**

SEMTA (Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia) e



CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia)

com o objetivo de recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores, principalmente nordestinos, nos seringais, **sob a supervisão do Departamento Nacional de Imigração.**

SAVA (Superintendência de Abastecimento da Vale Amazônico) que fazia o abastecimento direto dos seringais com gêneros de primeira necessidade.

RRC (Rubber Reserve Company) que passou a posteriormente a denominar-se **RDC** (Rubber Development Company) encarregada de transporte de passageiros e de suprimentos através da SAVA.

SESP (Serviço Especial de Saúde Pública): foi criado para promover o melhoramento urbano, o combate a Malária e o saneamento

Banco da Borracha-1942 : Que realizava operações de crédito, fomento à produção e financiamento aos seringalistas. **O Banco exercia o monopólio da compra e venda da borracha.**

Criação de Territórios : Território do Guaporé (hoje Rondônia), Rio Branco (hoje Roraima) e Amapá, em 1943, iniciando-se assim o processo de reorganização do espaço político amazônico.



O movimento migratório da Batalha da Borracha, que se desenvolveu no decorrer dos anos de 1941 e início de 1943, adquiriu um novo colorido com a chegada a partir de 1943 e durante os anos de 1944/1945, de novos contingentes humanos, os nordestinos que ficaram sendo conhecidos como soldados da borracha.

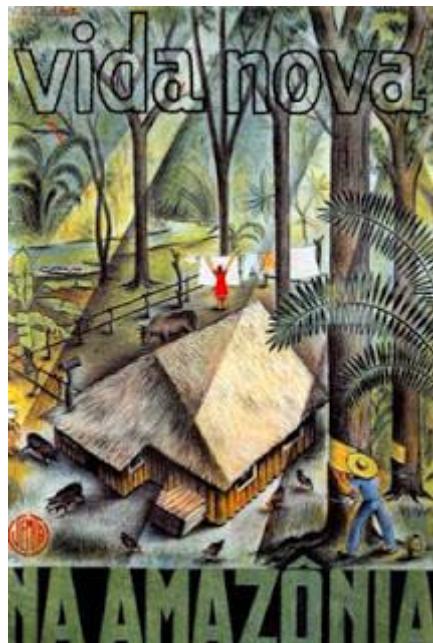


A diferença entre essas duas correntes de migrantes era flagrante, enquanto a primeira se constituía na sua maioria de cearenses que se deslocavam do interior. A partir de 1943 até 1945, provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muito deles desempregados ou sem profissão definida, vinham para a Amazônia pelo simples sabor da aventura e para fugir à convocação para a FEB (Força Expedicionária Brasileira) que lutava na Itália.

Com o término da Guerra em 1945, foram liberadas as plantações de borracha da região asiática, cessando o interesse norte-americano pela borracha produzida na Amazônia, que passou a acumular em estoques crescentes, já que o mercado interno não tinha capacidade de absorver toda a produção.

A tentativa de produzir borracha ainda permaneceu até os idos de 1960. A

partir desta data, paulatinamente a produção de borracha cai, ocasionando o fim desse ciclo.



2º Ciclo da Borracha- Nº de Migrantes Nordestinos

Ano	Homens	Mulheres	Total
1941	13.910	8.267	22.177
1942	17.928	9.023	26.951
1943	24.399	9.419	33.818
1944	27.139	10.287	37.426
1945	21.807	9.959	31.766
Total	105.183	46.955	152.138

Fonte: Benchimol, Samuel. Amazônia: um pouco antes-além depois.

****1858: Entrada de nordestinos para os seringais do rio madeira e Purus:
5000 pessoas.**

Referencias

<http://www.pakaas.net/geografiaderondonia.htm>
<http://www.sabernarede.com.br/geografia-do-estado-de-rondonia>